



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

A BUSCA PELO APRIMORAMENTO E A FUGA DA MENORIDADE EM KANT E WOLLSTONECRAFT

Autores: SADY RIBEIRO;

Introdução

A filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi um expoente precoce do que se tornaria uma das lutas mais importantes, no campo jurídico, intelectual e social desde o final do século XIX. A obra prima da autora, em seu próprio título, já sintetiza o que se ambicionava com essa contestação; por cujos ideais, ainda hoje, continua-se lutando: *Reivindicação dos Direitos da Mulher*.

Assim como outros pensadores do século XVIII, a Wollstonecraft aposta em um desenvolvimento individual pela educação e constrói sua defesa da emancipação feminina por sobre esse ideal. A identificação desse argumento com outros de pensadores contemporâneos a ela pode servir, entre outros elementos, como evidência favorável ao reconhecimento de Mary Wollstonecraft como uma filósofa iluminista, além de uma defensora dos direitos femininos ou uma “proto-feminista”, como já tipicamente a vemos classificada.

Material e métodos

Com o intuito de corroborar com essa primeira visão do pensamento *Wollstonecraftiano* (sem, claro, abrir mão da segunda), neste estudo, investigamos como em trechos de seu escrito mais notório, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, a autora usa de argumentos muito similares aos do famoso ensaio *Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento*, do filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804), ainda hoje um grande referencial filosófico sobre o que é o Iluminismo. A partir dessa comparação, buscamos demonstrar como, apesar de muito discrepantes quanto à finalidade política de suas obras, muitos dos objetos de suas críticas e de suas propostas de intervenção são convergentes, permitindo que os identifiquemos como membros de uma mesma corrente de pensamento.

Para desenvolver essa análise, foram usadas principalmente as proposições de Carlo Ginzburg, que sugere uma pesquisa pragmática baseada no olhar atento a detalhes periféricos do objeto, sendo perfeitamente aplicável ao estudo literário ou da filosofia. Dessa forma, como o historiador sugere em seu “paradigma indiciário”, nos ativemos, não necessariamente aos pontos nevralgicos do livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, mas às suas características formais e retóricas que, passando frequentemente despercebidas em leituras desavisadas, nos dizem muito sobre o modo de pensar de Mary Wollstonecraft. Quanto à definição do que foi o Iluminismo, apesar da tentação de utilizar conceituações modernas, nos valemos apenas do que pode ser extraído do próprio artigo de Kant figurado aqui, popularizado pela metáfora “Eclarecimento é a saída do homem de sua menoridade”.

Resultados e discussão

No seguinte trecho, encontra-se o primeiro e mais importante ponto de conexão entre as duas obras: “De fato, me parece que os homens agem de maneira muito pouco filosófica quando tentam assegurar a boa conduta das mulheres, tratando de mantê-las sempre em um estado infantil” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 40) Ambos, tanto Kant quanto Wollstonecraft, usam o conceito de *menoridade* (ou infância, imaturidade) para designar um estado de evolução insipiente, prematuro, involuído, uma inferioridade moral que há de ser superada. O ponto em que os dois divergem, entretanto, é em que contexto usarão dessa metáfora, o que reflete muito da preocupação social mais pungente para cada filósofo. Ele faz uso desse termo para explicar a caminhada da humanidade, no geral, em busca do esclarecimento, eventualmente acusando aqueles que se opõem a essa evolução; enquanto ela se restringe à crítica à sociedade patriarcal e como essa foi estruturada de forma a impedir a evolução do gênero feminino.

Mary Wollstonecraft se insere numa proposta filosófica um pouco distinta da de Kant, muito marcada pela Ética Protestante, que valoriza um refinamento moral através do uso da razão, levando ao seu fim último, a conquista de virtudes. Por isso é tão recorrente, nos textos da filósofa, a crítica ao sistema que impede que as mulheres se tornem *virtuosas* (autossuficientes, modestas, cumpridoras de deveres e racionais) aproximando-as de um estado ao qual a autora se refere frequentemente como *bruto*. Kant, por outro lado, apesar de ainda apreço frequentemente uma evolução do gênero humano, essa não se baseia no conceito de virtude, tendo a *razão* um papel muito mais proeminente.

Wollstonecraft, com um raciocínio similar ao de Kant, em suas crítica à preguiça e à covardia, ao longo de todo seu livro, demonstra como é comum e problemático o apego que as mulheres de sua época têm ao estado de inferioridade ao qual estavam subjugadas. Elas, intoxicadas pela adoração dos homens e alienadas pelo seu apeço ao ócio, têm um espírito profundamente comodista, levando poucas a questionarem sua condição e a buscar se desvencilhar dela. Claro que a culpa não deve recair inteiramente sobre as próprias mulheres, que mais têm de vítimas do que de culpadas – o que nos leva ao próximo tópico.

Kant, em seu ensaio, faz alusão também a tutores que exerceriam a razão em lugar do discípulo, alongando a permanência desses na menoridade. Traçando mais um paralelo, a autora atribuiria aos homens esse papel nefasto. Primeiro o pai, depois o marido, as mulheres buscariam sempre um ente do sexo masculino para se ocupar das atribuições da mente em seu lugar: “Desde a infância diz-se às mulheres, e elas, aprendem pelo exemplo das mães, que um pouco de conhecimento da fraqueza humana, uma espécie de astúcia [...] farão com que elas obtenham a proteção do homem; e, se forem belas, todo o resto é desnecessário por, pelo menos, vinte anos de sua vida.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 39)

Mais adiante no texto, antes de começar a discutir sobre aspectos mais amplos socialmente, Kant afirma “são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação do próprio espírito, emergir da menoridade”. Essa colocação tem um reflexo direto na *Reivindicação*, tendo em vista que algo que marca fortemente a escrita da autora é um pessimismo quanto à capacidade de mulheres de exercerem a razão por conta própria na degradada situação em que se encontravam.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

É a partir desse momento em seus trabalhos, que Kant e Wollstonecraft passam a apresentar, não mais as características do estado de menoridade e como somos propulidos a permanecermos nele, mas uma proposta metódica para que uma sociedade evolua como um todo em direção ao esclarecimento. Incrédulos ou desinteressados na possibilidade de cada indivíduo (mulheres, apenas, no caso de Wollstonecraft) traçar seu próprio caminho, como um desbravador, na direção oposta à menoridade; ambos defendem que, para que haja progresso, deve haver uma conjuntura social que aponte os cidadãos em direção ao ideal defendido por cada autor. Nesse intuito, ambos fazem uma série de proposições para a correção de defeitos em diversas instituições sociais importantes.

O que Kant defende como bem primário para um povo que busque o esclarecimento é a liberdade (nesse caso, mais precisamente a de expressão). Usá-la, entretanto, pode-se dar de duas formas. A primeira, benéfica, o uso da *razão pública* é aquela que se faz em ambientes abertos propícios para o debate, onde os sábios e os filósofos apresentariam suas ideias, questionando, desimpedidos, aquilo que lhes parecesse digno de repúdio ou carente de correção. A segunda, normalmente nociva para o bom funcionamento das instituições de um país, é a *razão privada*. Nesse caso, faz-se uso de um cargo público ou de alguma função de importância comunitária para propugnar ideias particulares. Como exemplo, Kant imagina um clérigo, que, ministrando o culto de sua religião, questiona os dogmas dessa mesma. Assim, sendo a ocupação de interesse à comunidade, a ética diz que se questione livremente, mas que antes obedeça.

Mary Wollstonecraft, não foge dessa regra em nenhum momento ao longo de seus questionamentos. Para ela, a mulher deve ter direito a estudar política e de ter representatividade no governo, permitindo-se, assim o exercício público da razão. Contudo, sua função na ordenação social, como mãe e educadora, não deve ser sacrificada em prol desse direito; sobre isso, ela escreve: “O ser que cumpre os deveres de sua posição é independente; e, falando das mulheres no geral, seu primeiro dever é consigo mesmas enquanto criaturas racionais, e o próximo, por ordem de importância, enquanto cidadãs, é o de mãe, que inclui tantos outros deveres.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 188)

Ambos também defendem, em uníssono, a importância da religião para uma comunidade, mas são absolutamente avessos à junção dessa religião com o Estado no controle do governo.

Uma última associação entre os dois filósofos cabe aqui: a crítica à tirania. Apesar de em *Reivindicação dos Direitos da Mulher* haver reflexões abundantes acerca do modelo “convencional” dessa prática (um monarca valendo-se de sua posição privilegiada para oprimir seus súditos), acreditamos que seja mais interessante aplicar esse conceito, segundo a crítica de Kant em seu ensaio, para debater a tirania que os homens exercem sobre as mulheres. Basta comparar as duas breves citações: “No que se refere às artes e ciências, um bom governante não tem nenhum interesse em exercer a tutela sobre seus súditos [...] mesmo no que se refere à sua *legislação*, não há perigo em permitir a seus súditos fazer *uso público* de sua própria razão e expor publicamente ao mundo suas ideias sobre uma melhor compreensão dela” (KANT, 1783) e “Esse é o tipo de argumentação dos tiranos de qualquer espécie, do fraco rei ao fraco pai de família; estão todos ávidos por esmagar a razão, no entanto sempre afirmam usurpar seu trono somente para ser úteis” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19). A crítica presente em ambos os casos é a de que, tanto a opressão dos homens sobre as mulheres, quanto à dos monarcas sobre seus súditos são aviltamentos inadmissíveis, para os dois filósofos, de direitos invioláveis, principalmente esse, que é tão caro para ambos: o do exercício da razão.

Conclusão

Dessa forma, concluímos este trabalho reiterando a contundência com a qual esses dois escritores repudiavam o despotismo; e como, em suas obras, convidaram todas as gerações futuras a se aprimorarem, seja através do uso da razão ou da entronização da virtude. Assim, a presença de Wollstonecraft de uma inquestionável crença no progresso, na razão e no exercício da liberdade nos possibilita lê-la como uma autora que fala com toda a humanidade, carregada de ideias iluministas.

Referências bibliográficas

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179; 260-275.

Kant, I. (1774). Resposta à pergunta: O que é esclarecimento. In I. Kant. Textos seletos (pp. 100-117). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1783)

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos Direitos da Mulher. 2016. São Paulo: Editora Boitempo